

História e memória do Colégio de Aplicação da UFRGS (1954-1984)

Vanderlei Machado¹

Resumo:

O presente artigo analisa um conjunto de relatos de memória elaborados por ex-professoras/es e ex-estudantes do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRGS, publicados em vários números da Revista Cadernos do Aplicação e que se referem ao período entre 1954 e 1984. Nos textos analisados, com base nas reflexões de Pesavento, Sarlo e Jelin sobre representações e memória, foi possível perceber como foram rememorados os diferentes momentos da história do Aplicação, os espaços que a escola ocupou no campus central da UFRGS, os reflexos do período ditatorial na atuação de professoras/es e estudantes, além das transformações administrativas e pedagógicas vivenciadas no CAp. A reunião dos relatos de memória publicados em distintos contextos históricos dá acesso às formas como a instituição de educação básica, inserida em uma universidade federal, foi sendo representada ao longo do tempo e contribui para pensar nos desafios enfrentados no presente, quando o colégio completa 70 anos de existência.

Palavras-chave:

Colégio de Aplicação da UFRGS. Memória. História.

History and memory of the UFRGS Colégio de Aplicação (1954-1984)

Abstract: This article analyzes a set of memory reports published in several issues of the Cadernos do Aplicação Journal by former teachers and former students of the Colégio de Aplicação (CAp) of UFRGS, and related to the period between 1954 and 1984. In the texts analyzed, based on Pesavento, Sarlo e Jelin reflection on representation and memory, it was possible to see how the different moments in the history of Aplicação were remembered, the spaces that the school occupied on the central campus of UFRGS, the reflections of the dictatorial period in the actions of teachers and students, in addition to the administrative transformations and pedagogical experiences. The collection of memory stories published in different historical contexts gives access to the ways in which this institution of basic education, located in a Brazilian federal university, was represented aiming to contribute to the challenges faced in the present, when the school completes 70 years of existence.

Keywords: UFRGS School of Application. Memory. History.

¹ Doutor em História, professor Titular do Departamento de Humanidades do Colégio de Aplicação da UFRGS.
E-mail: vandermachado@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8353-7580>

Historia y memoria del Colégio de Aplicação de la UFRGS (1954-1984)

Resumen: El presente artículo analiza un conjunto de relatos de memorias elaborados por ex profesoras/es y ex estudiantes del Colégio de Aplicação (CAp) de la UFRGS, publicados en varios números de la Revista *Cadernos do Aplicação* y que se refieren al periodo entre 1954 y 1984. En los textos analizados, a partir de las reflexiones de Pesavento, Sarlo y Jelin sobre las representaciones y la memoria, fue posible percibir como fueron rememorados los diferentes momentos de la historia del Aplicação, los espacios que la escuela ocupó en el campus central de la UFRGS, los reflejos del periodo dictatorial en la actuación de profesoras/es y estudiantes, además de las transformaciones administrativas y pedagógicas experimentadas en el CAp. La reunión de los relatos de memoria publicados en distintos contextos históricos, da acceso a las formas como la institución de educación básica, insertada en una universidad federal, fue siendo representada a lo largo del tiempo y también contribuye para pensar en los desafíos enfrentados en el presente, cuando el colegio completa 70 años de existencia.

Palabras-clave: Colégio de Aplicação de la UFRGS. Memoria. Historia.

1 Introdução: apontando percursos

Em 2024, ano em que são comemorados os 70 anos do Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ainda há muito que se fazer na escrita da história da instituição. Buscando contribuir para a diminuição dessa lacuna, neste artigo analisaremos as representações acerca do CAp presentes em relatos de memória de ex-professoras/es e estudantes desta instituição escolar.²

O recorte temporal é aquele compreendido entre 1954 e 1984, período sobre o qual encontramos um número significativo de relatos publicados na revista *Cadernos do Aplicação*. No início dos anos 1980, houve uma série de modificações na estrutura administrativa e na pedagógica do Colégio, que foram marcantes na trajetória da instituição nos períodos subsequentes, os quais merecem maior aprofundamento em trabalhos futuros. Vale destacar que este texto é uma abordagem inicial de um projeto de pesquisa em desenvolvimento sobre a história do CAp.

Os relatos de memórias que servem como fontes para a escrita do presente estudo, como dito, foram publicados em diversos números de *Cadernos do Aplicação*, revista que teve a sua primeira edição em 1986. Foram produzidos em diferentes contextos históricos e trazem variados pontos de vista de pessoas que atuaram como docentes e/ou que foram estudantes do Aplicação. Esses diferentes enfoques permitem que nos aproximemos das escolhas narrativas que cada pessoa fez, da forma como esta/este enxerga a realidade do CAp, acabando por produzir um conjunto de representações sobre o Colégio. Ou seja, as fontes nos permitem captar o entendimento que as pessoas tinham de sua experiência nele e que esse entendimento esteve associado à prática e aos contextos específicos.

² Agradeço à professora Dra. Carla Simone Rodeghero, do Departamento de História e do PPGH da UFRGS, pelas valiosas contribuições ao presente artigo.

Advertimos que não estamos buscando nos documentos selecionados o passado tal como aconteceu. Como frisou Sandra Jatahy Pesavento (2003, p. 40), “a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”. Tal construção, no caso dos relatos de memória aqui reunidos, incorpora diferentes experiências, pontos de vista e mesmo expectativas em relação ao CAp, elementos que contribuem na seleção do que dizer, do que enfatizar, dos temas a serem deixados de lado. Na mesma direção, Beatriz Sarlo (2007, p. 93) afirma que “toda narração do passado é uma representação, algo dito no lugar de um fato”. As representações inscritas em diferentes fontes não chegam aos historiadores como um quadro completo, por inteiro, cabendo-lhes construir a história através de fragmentos que chegam de “uma temporalidade escoada”, como Pesavento (2003, p. 42) costumava lembrar.

Faremos a análise de relatos de memória já publicados, mas que ainda não tinham sido examinados em conjunto. Este material é marcado pela seletividade da memória, pois, como lembrou Elizabeth Jelin (2012, p. 51), “abordar as memórias envolve referir-se a lembranças e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos”. A seletividade não é vista como problema, mas como elemento constitutivo da capacidade que os indivíduos têm de recordar e de esquecer, capacidade que, por sua vez, está associada aos grupos sociais a que pertencem.

2 Uma escola, muitos deslocamentos

A instalação do CAp da UFRGS, segundo rememorou uma de suas fundadoras, a professora Graciema Pacheco (1987, p. 153)³, deu-se com base no Decreto-Lei n. 9.053, de 12 de março de 1946 e no Artigo 107 do Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Segundo ela, o CAp deveria ter um “caráter experimental, propondo-se a uma revisão crítica dos programas oficiais vigentes”, pois esses eram alvos de “repetidas e insistentes reclamações da parte de professores, autoridades escolares e estudiosos da educação escolar brasileira”. Com esses objetivos, dever-se-ia perseguir os seguintes pressupostos:

a) valorizar conteúdo cientificamente atualizado; b) praticar com os alunos metodologia coerente com a natureza da matéria de ensino; c) direcionar-se no sentido de estimular o aluno à descoberta de relações significativas, intuindo-as e expressando-as sob a forma de pensamento organizado e linguagem própria; d) propiciar condições para o livre jogo da comunicação de pessoa a pessoa, nos subgrupos e no grande grupo, através de meios variados e compatíveis com a realidade a ser tangenciada (PACHECO, 1987, p. 154).

Segundo Carmen Lisboa Weingärtner e Márcia Goidanich (1995, p. 50- 53), que analisaram os documentos e os discursos produzidos por Graciema Pacheco, o CAp surgiu sob influência das concepções de educação escolanovistas. Nasceu com a finalidade de servir de campo de estágio para as/os estudantes das cadeiras de Didática Geral e Especial da então

³ Este texto da professora Graciema Pacheco foi publicado inicialmente na Revista Cadernos do Aplicação v. 2, n. 2, de 1987 e republicado na edição da Revista Cadernos do Aplicação vol. 17, n. 1/2, comemorativa aos 50 anos do CAp em 2004.

Faculdade de Filosofia da UFRGS. Nesse sentido, as/os futuras/os profissionais da educação “passariam a contar com um local onde pudessem aplicar as teorias estudadas, já que a própria teoria vigente, a Pedagogia Nova, exigia uma postura ativa dos educandos”, os quais não deveriam receber passivamente o que lhes era ensinado pelas/os professoras/es. A Pedagogia Nova era empregada tanto para os estudantes das licenciaturas, que deveriam aplicar seus ensinamentos, quanto para os alunos do Aplicação.

O CAp iniciou suas atividades docentes em março de 1954, sendo oficialmente inaugurado em 14 de abril do mesmo ano (LANCZOS, 1988, p. 73). Inicialmente foi oferecida uma turma do curso ginásial. Nos anos subsequentes, completaram-se as quatro turmas do ginásio. Para compor a turma inaugural, foram chamadas/os 30 candidatas/os excedentes do Instituto de Educação General Flores da Cunha e do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, duas instituições educacionais de grande prestígio na época, independentemente da ordem de classificação a que estavam sujeitos naquelas escolas (PACHECO, 1987, p. 155).

As aulas se iniciaram na sala 301, do prédio da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Isso se deu, segundo Graciema Pacheco, graças ao apoio do professor Luiz Pilla. Este, ao assumir a direção da Faculdade de Filosofia, “incluiu em seu plano de atividades a instalação do Colégio de Aplicação” (PACHECO, 1987, p. 156). A professora Isolda Holmer Paes, que também aparece como uma das fundadoras do CAp, lembrou que a sala onde nasceu o Colégio de Aplicação era “espaçosa e clara. Tão espaçosa que, além do lugar ocupado pelas carteiras, oferecia outros espaços para a movimentação produtiva dos alunos”. Numa das extremidades da sala, continua Isolda Paes, ficava uma “longa e larga mesa preta” que “marcava o inicial para atividades diferenciadas que animavam a vida do grupo”. Naquela mesa ocorriam os “estudos, discussões, objetivos, propostas de trabalho, inspiradas na experiência francesa do ‘Estudo do Meio’” (PAES, 2002, p. 7-8).⁴ Baseadas em tais princípios teóricos, as aulas deveriam ser ministradas para além da sala de aula, como nas saídas de campo, quando

os risos soltos, as falas espontâneas se não se calavam, ficavam graves, respeitadas, junto aos casebres, à margem do riacho Dilúvio. Abriam-se em escalas variadas, ora uníssonas, ora divergentes, à beira do Guaíba, aguardando a chegada das canoas de melancias e laranjas. E iam aprendendo a geografia das águas: Pintada, Alemoa, Pavão, São Sebastião... E descobriam a simplicidade, a pobreza digna, o amor ao rio, nos barqueiros que se viam agora melhores no interesse e na simpatia das crianças tão diferentes... (PAES, 2002, p. 8).

As aulas ao ar livre e em espaços diferenciados davam a tônica daquela que era descrita como uma “escola experimental”. Graciema Pacheco (2004, p. 14) rememorou que no CAp ampliou-se o conceito de “situação de aula”, extrapolando suas práticas pedagógicas para além dos muros da instituição. Atividades pedagógicas aconteciam na Praça da Matriz, na Biblioteca Pública, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em visitas a museus e exposições, concertos e espetáculos, entrevistas com autores de livros ou seguindo o trajeto traçado pela personagem Clarissa, de Érico Veríssimo, pelas ruas do centro de Porto

⁴ Este texto da professora Isolda Holmer Paes, que já tinha sido publicado pela Revista Educação e Realidade, vol. 8, n. 1 de 1983, foi publicado novamente na Revista Cadernos do Aplicação vol. 15, n. 1/2, 2002, ano do seu falecimento, em 26 de janeiro de 2002.

Alegre. Buscava-se com estas e outras atividades extraclasse que os/as estudantes produzissem “sua visão da realidade”. Além disso, “o aluno e o professor deveriam procurar juntos o conhecimento”.

Possivelmente, segundo Dóris Bittencourt Almeida (2021, p. 102), a localização geográfica da escola no Campus Central da UFRGS, próximo ao Parque da Redenção e do Centro Histórico de Porto Alegre, facilitava essas saídas de estudos. Além disso, continua a autora, “naquela temporalidade era outra a relação das pessoas com a região central da cidade, lugar que havia efervescência cultural e comercial”.

Nas memórias dos/as ex-estudantes e de ex-professoras/es emerge uma imagem na qual o CAp era uma escola diferente das instituições congêneres de Porto Alegre. Entre essas singularidades, segundo Joyce Munarski Pernigotti (1997, p. 281), que entrou na turma de 1965, estava o fato de que os/as estudantes do Aplicação não possuíam cadernos nem livros didáticos, mas pastas. Além disso, não “tinha nota nem conceito, eram pareceres, nos quais o professor dizia o que achava sobre o nosso desempenho”. Donaldo Schüler (Apud, SILVEIRA, 2012, p. 404), que foi professor no CAp, ao relatar a sistemática de trabalho desenvolvida no Aplicação, informa-nos que “não tínhamos livro didático e os programas de ensino eram construídos dentro de algumas regras estabelecidas com os próprios alunos. Eles eram participantes do seu processo de educação”. Percebe-se nesta fala aquilo que foi apresentado no projeto de escola elaborado por suas fundadoras: o professor deveria preparar suas aulas juntamente com os estudantes e não se basear nos livros didáticos, ou seja, numa cultura “livresca”. Nesse sentido, Isolda Paes, numa entrevista a Rosimar Siqueira Squinsani, relatou que

A nossa escola era assim: à criança nunca se ensinava uma coisa assim, taxativa: “Pedro Álvares descobriu o Brasil no dia 22”. Não, vamos ver se foi Pedro Álvares que descobriu o Brasil e quando foi. Sempre eram postas em termos de perguntas, de indagação, que a criança fosse ela mesma buscar a resposta, buscar a verdade. A criança entrava em contato com os mais diversificados materiais de história, de geografia, de línguas... Era um colégio diferente mesmo, muito, muito diferente”. (PAES apud SQUINSANI, 2002, p. 20)

Outra diferença do Aplicação lembrada por seus/as ex-estudantes era a desobrigação de usar uniforme. Segundo Paulo Coimbra Guedes (2004, p. 88), que entrou no Aplicação em 1955, diferentemente do que ocorria no CAp, nos outros colégios da cidade era comum os estudantes utilizarem guarda-pós, “calças e túnicas militares ou blusas de manga comprida com o nome do colégio no peito”. Joyce Munarski Pernigotti (2004, p. 59) lembrou que não usar uniforme era uma coisa “incomum na época”.

Ainda assim, havia certos controles. No Aplicação, continua Joyce Munarski, “cada um vestia o que queria”. Ao mencionar as vestimentas ela lembra que aquele era “o tempo da minissaia”, que havia sido então recém-lançada. Segundo Joyce, a Dona Inah, professora de educação física das meninas e responsável pela disciplina, “reclamava se nossas saias eram muito curtas, tínhamos que andar na linha!” (PERNIGOTTI, 2004, p. 59). Também as roupas das professoras eram alvo de críticas. Como lembrou Merion Bordas (Apud SILVEIRA, 2012, p. 405), que lecionou no CAp, num determinado dia, a diretora Graciema Pacheco, ao vê-la com um vestido sem mangas e decotado, perguntou-lhe: “Minha filha, quem sabe tu colocas um bolerinho?”. Ainda nas memórias da professora Merion, a diretora “era toda exigente com relação à roupa. A gente tinha que se vestir absolutamente sem charme, feito

freira”. A liberdade de alunas e professoras escolherem a roupa que queriam vestir na escola estava limitada ao comprimento, ou seja, as vestes não deveriam deixar seus corpos expostos além do que previa a moral adotada pela escola na época. Vê-se, então, que as lembranças sobre o uniforme diferem nas memórias de homens e mulheres aqui apresentadas. Para eles, o registro é positivo: no dia a dia não era necessário estampar o nome da escola no peito; para elas, mesmo não havendo uniforme, havia o controle cotidiano de como se vestir.

O uso de uniforme se limitava às “solenidades do Colégio”. Segundo Isolda Paes,

as meninas usavam vestido e carpins brancos, sapatos de verniz preto; os meninos, terno azul-marinho, camisa branca e gravata. No conjunto, formavam um todo harmonioso e lindo e criavam um clima ligeiramente solene, de simpática expectativa: seus desempenhos, de modo natural e simples, revelavam uma conquista pessoal em termos de conhecimento, criatividade, atitude (PAES, 2002, p. 10).

Apesar de não ser necessário usar uniforme, nos dias festivos, as vestimentas funcionavam como marcadores sociais de diferença de gênero, em que as meninas usavam vestidos e carpins [sic] brancos e os meninos terno “azul-marinho, camisa branca e gravata”. Interessante observar que, nas memórias analisadas, as roupas dos professores e dos alunos do sexo masculino não foram alvo de críticas.

Entre as/os estudantes da primeira turma do CAp, conforme lista coligida por Carmen Helena Lanczos (1988, p. 73), encontrava-se Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Segundo Petronilha (SILVA, 2011, p. 26-28), no Aplicação, “éramos trinta estudantes, a maioria meninas, três das quais eram negras [...] Rebeca, Neuza Helena e eu”.⁵ Petronilha registrou ainda que os/as alunos/as do Aplicação eram “incentivados a ler, buscar, levantar hipóteses”. Além disso, o CAp “cultivava em nós espírito de independência, gosto pelo inovador, vontade de fazer coisas diferentes e enfrentar desafios”. Quando rememorou sua passagem pelo Aplicação, Petronilha lamentou que nos conteúdos trabalhados “nosso povo negro somente aparecia quando se tratava de tráfico de escravizados e abolição da escravatura” (SILVA, 2011, p. 27). Outro motivo de pesar estava no fato de que a partir do colegial, Petronilha não teve mais “companheiros negros” nas turmas em que estudou.

Assim como a ex-estudante Petronilha lembrou da ausência de temas ligados à história e à cultura africana e afro-brasileira no currículo do CAp, Maria da Graça Gomes Paiva (2004), que entrou na turma de 1963, mencionou em suas memórias a existência de “um currículo oculto”, no qual o preconceito racial estava presente. Este currículo oculto estava repleto de “não ditos” preconceituosos, que se tornaram responsáveis pelos seus primeiros desencantos com a escola. Foi então que ela descobriu que era diferente e que “essa diferença gerava atos, olhares e gestos excludentes, não-inclusivos” (PAIVA, 2004, p. 132). Segundo Maria da Graça:

Naquela época, [eu] era a única aluna negra na escola! Foi muito difícil conviver, principalmente na pré-adolescência, com o apelido de *cisne branco em negativo* que meus colegas criativamente me colocaram. O que é o imaginário do ser humano! De onde saiu a ideia de me compararem a um cisne? Que analogia é essa? Mas se existem cisnes

⁵ A partir dos primeiros nomes e consultada a lista de estudantes publicadas por Carmen Helena Lanczos, as três estudantes negras eram: Neuza Helena Maciel da Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Roberta Moreira Burgo. (LANCZOS, 1988, p. 73)

negros, porque o ‘branco em negativo’? Pelo que me lembro, nem os autores do apelido conseguiram alguma vez me explicar tal associação (PAIVA, 2004, p. 132).

Mas os ataques racistas dos colegas não se limitaram ao apelido. Tão doloroso quanto não ser chamada por seu nome, continua Maria da Graça, “era ver meus cadernos novinhos e pastas seguidamente jogados para fora da janela”, no pátio externo. Tal gesto dos colegas foi interpretado como “você não é bem-vinda aqui”. Esse desejo de excluir a colega se manifestava também nos “recreios, na hora dos esportes de equipe”, quando percebia que seu esforço “para participar revidando as poucas bolas que me repassavam” não era retribuído. Era como se Maria da Graça fosse invisível, os/as colegas não respondiam às suas tentativas de aproximação (PAIVA, 2004, p. 133).

Quando se dirigia à secretaria ou a alguém responsável, como as/os profissionais do Serviço de Orientação Escolar (SOE), para denunciar as injúrias sofridas, Maria da Graça ouvia como resposta: “esse é um assunto que vocês têm que resolver entre vocês!” (PAIVA, 2004, p. 133). Ou seja, buscava-se deixar que os/as estudantes resolvessem seus conflitos interpessoais, sem a mediação das/os professoras/es. Porém, essa postura pedagógica deixou marcas indelévels na memória dela. Diante de tamanho sofrimento, um dia a estudante sentenciou, “Não quero mais ir à escola! Vou parar de estudar! Está muito difícil fazer amigos aqui. Me sinto estranha aqui!”. Em resposta a tal explosão de dor, a família respondeu que não, que ela não deveria deixar o CAp. E aconselhou:

Não dá bola, não atende [quando lhe chamarem de cisne branco em negativo] a não ser que te chamem pelo nome e... toca o barco. És inteligente, viva e não sonhas entrar para uma faculdade? Não vai abrir mão desse sonho de jeito nenhum! Não dá bola e vai em frente” (PAIVA, 2004, p. 133).

Maria da Graça seguiu os conselhos da família e o acolhimento recebido em casa lhe deu forças para “continuar frequentando a escola e buscar superar os desafios impostos pelo famigerado currículo oculto”. Com o passar do tempo, rememorou que “meus colegas começaram a aceitar minha diferença como ‘normal’. (E que bom que somos iguais como seres humanos, mas Não somos idênticos!” O “Não”, grafado no texto memorialístico em letra inicial maiúscula, é como se ela estivesse gritando, ainda hoje, contra a não aceitação das diferenças e a discriminação racial. Com o apoio da família, a estudante venceu aquelas atitudes racistas que teve que enfrentar. Ao final do terceiro ano do Clássico, foi escolhida como representante da turma de 1963 (PAIVA, 2004, p. 134-135). Ao longo do período histórico em análise, possivelmente, outros/as estudantes negros/as passaram pelos bancos escolares do CAp da UFRGS. Porém, nos textos publicados na *Revista Cadernos do Aplicação* por nós coligidos, encontramos somente o relato de Maria da Graça.

Em 1955, o ingresso na segunda turma do ginásio do CAp se deu através da realização de um exame de admissão. Esta forma de ingresso, segundo Valeska Alessandra de Lima (2022, p. 244), vigorou no Brasil entre 1931 e 1971. No Aplicação, os exames admissionais vigoraram até o início dos anos 1980 quando, como veremos adiante, o CAp passou a adotar o sorteio público como forma de ingresso. Flávio Koutzii foi um dos selecionados no exame para a turma de 1955. Para Flávio, uma das características marcantes do CAp era o fato de que os/as estudantes, na sua maioria, permaneciam juntos, na mesma

turma, até se formarem no colegial. A imagem que expressa bem essa particularidade foi registrada em entrevista concedida a Benito Schmidt:

o Colégio de Aplicação era uma espécie de estufa [...]; se depois de três anos que tu tá lá, tu conheces 120 pessoas, não tem mais nenhuma [...]; então nós nos conhecíamos muito. [...] então a nossa turma fez um percurso onde praticamente, né não todos, 85% estiveram juntos de ponta a ponta. (SCHMIDT, 2017, p. 69)

Esse modelo de turma única por série possibilitava a construção e a manutenção de fortes vínculos afetivos entres os/as estudantes, mesmo após a conclusão dos estudos no CAP (SCHMIDT, 2017, p. 69-70). Outra característica do Aplicação apresentada por Flávio Koutzii, que desde a infância circulava numa rede de sociabilidade da esquerda judaica de Porto Alegre (SCHMIDT, 2017, p. 85), era a de que na escola não se discutia política. Flávio rememorou que sua militância política iniciou no movimento estudantil, notadamente, após o seu ingresso nos cursos de Filosofia e de Economia da UFRGS, em 1963. No Aplicação, apesar do caráter “avançado” desse educandário, ele recordou que não se discutiam questões políticas. Lígia Rodrigues, que ingressou na mesma escola em 1959 para cursar o colegial, corrobora essa visão. Quando perguntada sobre se havia alguma movimentação política no Aplicação, ela respondeu que “no colégio, não. [...], inclusive eu não me lembro de a gente discutir política. Eu me lembro de a gente discutir cinema, literatura, mas política...” (SCHMIDT, 2017, p. 69-70). Aqui se pode questionar se discussões sobre cinema e literatura não tocariam, à sua maneira, em temas políticos. E mesmo se considerarmos que se tratava de um ambiente “despolitizado”, como veremos adiante, estudantes e professoras/es do CAP não deixaram de ser alvo de perseguições políticas durante a ditadura que se instalou no Brasil a partir de 1964.

Outra questão que vale a pena destacar, como foi possível perceber nas memórias de Petronilha (SILVA, 2011, p. 26) e analisando o convite de formatura da turma de Flávio Koutzii, de 1961 (SCHMIDT, 2017, p. 90), é a existência de um certo equilíbrio de gênero entre os/as estudantes selecionados/as. Em ambos os registros se pode constatar que o número de meninas era ligeiramente maior que o de rapazes no primeiro ano do ginásio, em 1954, e no último ano do colegial, em 1961. Neste ano, oito mulheres e quatro homens se formaram no Curso Colegial Clássico; sete mulheres e oito homens concluíram o Curso Colegial Científico, num total de 27 estudantes. Uma pesquisa mais sistemática poderá nos informar se esse equilíbrio entre homens e mulheres foi uma tendência ao longo do período em estudo e quais questões de gênero estavam presentes na seleção e na trajetória de rapazes e moças ao longo desses períodos da história do Aplicação da UFRGS.

O corpo docente permanente que atuava no Colégio de Aplicação era formado por professoras lotadas na Faculdade de Filosofia e, a partir de 1971, na Faculdade de Educação - FACED.⁶ Além dessas profissionais, havia um grupo de professoras/es que eram horistas ou estagiárias/os remuneradas/os, contratadas/os a convite da direção do CAP. Sobre a remuneração das/os professoras/es horistas, Yara Dippe Rodrigues, mãe de um aluno que ingressou no Aplicação em 1969, rememorou que atuou na Comunidade de Pais e Mestres (COPAME) em 1974, e que entre as atividades que desenvolvia estava o “recolhimento da

⁶ No ano de 1971, segundo Dóris Bittencourt Almeida, por força da reforma universitária de 1968, Lei nº 5.540 (28/11/1968), o Colégio de Aplicação, que fazia parte da Faculdade de Filosofia da UFRGS, passou a ser órgão anexo à FACED (BITTENCOURT, 2022, p. 245-246).

taxa semestral dos alunos para pagamento de alguns professores horistas” (RODRIGUES, 1995, p. 186).

Conforme foi aumentando o número de turmas e conseqüentemente de estudantes, o CAp foi ocupando outras salas da Faculdade de Filosofia. Segundo Carmen Helena Lanczos, que exerceu a Chefia do serviço de Secretaria do Aplicação, as turmas do ginásio funcionaram em quatro salas do prédio da Faculdade de Filosofia. Apesar dessa dependência em relação às salas de aulas, o colégio tinha autonomia financeira, pois era contemplado com verbas próprias. Carmen Helena lembrou ainda que, além de ministrar o ensino a seus/suas estudantes, o CAp deveria servir à “prática docente e aos estágios dos alunos do Curso de Licenciatura e de campo de investigação pedagógica para a Faculdade de Filosofia da UFRGS (LANCZOS, 1988, p. 73).

O aumento do número de estudantes, as festas no pátio da Faculdade de Filosofia, as explosões de criatividade e a alegria das “crianças” fez com que surgisse o “coro da insatisfação”, formado pelos “austeros professores da Faculdade de Filosofia”. Segundo Isolda Paes (2002, p. 10), para esses:

criança não anda de elevador (e não andava), a Faculdade não é lugar para criança; descem as escadas correndo e barulhando... pulam no terraço e perturbam as aulas do 3º andar” (faziam ginástica no terraço). Veio a campanha do silêncio nas escadas e de ginástica com pés de lã...Só podiam voltar aos risos e brincadeiras, depois de atravessarem a rua, já na ‘pracinha’ do Instituto de Educação. (PAES, 2002, p. 10-11)

Como “sufocar tantas explosões de vida, de entusiasmo? Como evitar a inquietação de quem criava mentalmente espaços para a ação?”. Estas eram questões que exasperavam a professora Isolda Paes (2002, p. 11). Diante desse impasse com as/os professoras/es da Faculdade de Filosofia, encontrou-se uma saída. O CAp foi transferido para outro espaço.

Entre 1956 e 1959, as turmas do ginásio foram instaladas em um pavilhão que existia no pátio da Faculdade de Filosofia. Segundo Carmem Helena (LANCZOS, 1988, p. 73), era uma construção mista, que foi adaptada para receber o colégio. Essa solução contribuiu para “não causar demasiada agitação na família universitária” em sua convivência com os/as estudantes do CAp. Em 16 de janeiro de 1958, foi solicitada e obtida a autorização para o funcionamento do 2º ciclo do colegial: clássico e científico (SAENGER, 1999, p. 27). No início de 1960, o Colégio foi instalado em dois pavilhões de madeira, construídos através de um convênio com a prefeitura de Porto Alegre. Esses pavilhões aparecem em vários relatos como assemelhados às famosas Brizoletas, escolas de madeira, construídas durante o governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul.

2.1 A ditadura militar e os expurgos no CAp

Apesar da anteriormente mencionada falta de politização nas aulas do Aplicação, professoras/es e estudantes foram alvos da repressão que se seguiu ao golpe militar de 1964. No CAp, o professor de literatura Carlos Jorge Appel e a professora Magda Zanoni foram expulsos em 1964. Segundo rememorou a estudante Olga Garcia Falceto (2004, p. 115), que havia entrado no Aplicação em 1960, com o professor Appel e com a professora Magda “tivemos as mais significativas aulas de democracia e, como consequência, vivenciamos o sofrimento de vê-los expulsos do Colégio, sem podermos fazer nada para evitar isso”. Para

Flavio Koutzii, que estudou com o professor Appel, ele “era um provocador, positivamente” (SCHMIDT, 2017, p. 83). As aulas provocadoras e de democracia do professor Carlos Appel e da professora Magda Zanoni não agradavam os apoiadores da ditadura.

Nas memórias de Graciema Pacheco (1987, 2004) e Isolda Paes (2002), respectivamente diretora e vice-diretora do CAp, poucas são as passagens em que rememoram momentos de dificuldades pelas quais o Colégio de Aplicação tenha passado. Quando dificuldades são mencionadas, como as condições iniciais do galpão de madeira “sem assoalho e sem forro” (PAES, 2002, p. 11), logo são apresentadas soluções para os problemas. E eles existiam. Nem mesmo o período de exceção pelo qual o país passou, após 1964, foi mencionado pelas “fundadoras do Colégio de Aplicação”. Na *Revista Cadernos do Aplicação*, as maneiras como a ditadura afetou professoras/es e estudantes foram amplamente mencionadas na edição comemorativa de seus 50 anos de História, em 2004.⁷ Coincidentemente, naquele ano eram lembrados os 40 anos do golpe militar que tirou do poder um presidente eleito democraticamente, em 1964.

A partir de 1966, o Colégio de Aplicação passou a ocupar um prédio construído especialmente para o seu funcionamento e para o do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Segundo César Augusto Barcellos Guazzelli (2004, p. 145), aluno do CAp entre 1963 e 1969, o prédio novo, de nove andares, era apoiado em pilotis, afinado com a melhor arquitetura da época. As salas de aulas eram grandes, com vários banheiros, biblioteca. Além disso, ele lembra que havia uma enorme sala de reuniões capaz de abrigar todos os alunos, professores e funcionários do Aplicação. Joyce Munarski (Apud PERNIGOTTI, 1997, p. 282), discorrendo sobre a transferência para o “edifício azul”, rememorou que “lá tudo era grande, novo, e nos adaptamos bem”. Na hora da entrada dos/as estudantes, às 7h30, “tocava uma música, que tinha a duração de 5 minutos, o que permitia o deslocamento pelas escadas até o 5º andar, o espaço ocupado pelo Colégio no prédio”. Ao que tudo indica, a interdição ao uso dos elevadores pelos/as estudantes permaneceu, como no tempo em que o CAp utilizava as salas do prédio da Faculdade de Filosofia.

Foi do “prédio azul” que os estudantes do CAp acompanharam as manifestações que marcaram o ano de 1968 nas principais cidades do país, entre elas Porto Alegre (ver PRIETTO, 2016), e do mundo, Paris, Tóquio, Cidade do México, entre tantas outras. Estudantes da Faculdade de Filosofia da UFRGS participavam das manifestações de rua organizadas pelo movimento estudantil gaúcho. Reflexo de 68 se fizeram sentir também no CAp. Naquele ano agitado, como rememorou Cesar Guazzelli:

Muitos tinham “partidos”, e eram grandes as discussões entre os de “direita” e os de “esquerda”. As eleições para a Comunidade de Alunos do Colégio de Aplicação, a CACA, eram atravessadas por tais antagonismos, e os debates acirrados! Isto teria um triste rescaldo ao final de 68, quando a ameaça do recém-criado AI-5 constrangeu a direção a afastar vários alunos do colégio, bem como alguns professores. Nosso último ano foi de paz cemiterial, proscritas as atividades políticas, além da centralidade que assumia o vestibular” (GUAZZELLI, 2004, p. 144).

⁷ Esta edição comemorativa dos 50 anos do CAp, volume 17, nº 1/2 de jan./dez. de 2004, foi digitalizada e publicada na página da Revista Cadernos de Aplicação na internet, em 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/138128>. Acesso em: 30 jan. 2024.

Guazzelli rememora o afastamento de professoras/es e estudantes do Colégio, em 1968. Nos dois casos, tanto as demissões de professoras/es quanto a exclusão de estudantes ficavam a cargo da direção do educandário.

Conforme César Guazzelli e Joyce Munarski, em algumas situações, como as eleições para a CACA, apareciam posicionamentos políticos identificados como de “direita” ou de “esquerda” e a entidade estudantil promovia embates, protestos, passeatas, trancamento da escada, entre outras manifestações (PERNIGOTTI, 1997, p. 282). Possivelmente, as/os professoras/es e estudantes que sobreviveram à fogueira do AI-5 tiveram que criar estratégias para se manter no CAP. No “rescaldo” daquele ano que agitou os discentes, estes, conforme a citação de Guazzelli, centraram sua atenção no vestibular e as/os professoras/es trataram de adequar suas práticas pedagógicas aos tempos de repressão.

Nesse sentido, a professora Nara Brasco Pampanelli (2004, p. 63), que lecionou Língua Portuguesa e Literatura no CAP, entre 1977 e 1998, rememorou que aqueles eram anos difíceis,

principalmente para o ensino das disciplinas das áreas ditas [ciências] “humanas”. Do pessoal para o coletivo, entenda-se: estávamos vivendo o auge da Ditadura Militar no país. Tínhamos, necessariamente, que pensar, todo dia, se o planejamento para a aula não era comprometedor para o Colégio, para nós ou para os alunos... Anos muito complicados! Mesmo assim, éramos, acredito eu, arrojados. Não deixávamos de fazer – às vezes pisando em ovos – aquilo que as nossas cabeças acreditavam. Não dando muita ênfase aqui, pulando uma página lá, divagando acolá, íamos construindo o dia a dia com os seus detalhes, ente os anos 70 e meados dos anos 80. (PAMPANELLI, 2004, p. 63-64)

A autocensura marcava o planejamento pedagógico das/os professoras/es. Apesar disso, os/as docentes eram “arrojadas(os)”. Nos anos 1970, como rememorou Elisabete Zardo Búrigo (2004, p. 173), o Brasil vivia os tempos do “Ame-o ou deixe-o”. A partir do governo Médici, ocorreu um grande investimento em campanhas cívicas e educacionais que faziam uso de um discurso patriótico. Em meio à propaganda difundida pelo governo, uma das estratégias foi o uso de slogans como “Brasil, conte comigo”, “Pra Frente, Brasil”, “Você constrói o Brasil” (RODEGHERO; GUAZZELLI; DIENSTMANN, 2013, p. 118). Também eram realizados grandes desfiles cívico-militares no dia 7 de setembro. Enquanto isso os opositores do regime militar, muitos deles estudantes universitários e secundaristas, eram presos, torturados, mortos e desaparecidos.

No Aplicação, continua Búrigo (2004, p.173), “estávamos dispensados de cantar o hino e hastear a bandeira. Nada de uniformes, aulas de moral e cívica ou de religião. Nada de dia das mães e efemérides do tipo [...] podíamos falar, argumentar, contestar os professores”. Apesar dessa desobrigação de cultuar os símbolos nacionais, que era uma forma de se buscar garantir adesão ao regime militar, para Elisabete Zardo, “os limites não eram dados apenas pelo regime militar – a direção da escola cuidava de garantir que o debate interno fosse inofensivo à ordem vigente”. Ao que tudo indica, nem sempre esse silenciamento era efetivo.

Em 1977, o movimento estudantil voltou às ruas daquele “Porto não muito alegre” contra a ditadura. Os estudantes do CAP, segundo Búrigo (2004, p.174-175), “estavam proibidos de participar. Aulas foram suspensas para que não presenciássemos as manifestações e funcionários foram designados para vigiar nossa eventual participação”. A ex-estudante rememorou que aderiu a um grupo de alunos que passou a pressionar a diretoria

da CACA, para que esta se engajasse na luta do movimento estudantil por liberdades democráticas. Diante das pressões, a diretoria da entidade renunciou e entregou as chaves à direção do Colégio, que aproveitou o ensejo para fechar o grêmio estudantil. A CACA, que tinha resistido até então, passava a ter suas portas cerradas.

O “gesto de fechar a CACA”, continua Búrigo, “era inesperado, não combinava com a ideia que fazíamos do Aplicação e da conjuntura.” Os/As estudantes que defendiam a reabertura da CACA reagiram de várias formas ao seu fechamento, entre elas, podemos citar a publicação de um jornal que estampava na capa o artigo da Constituição onde se lia: “é garantida a liberdade de opinião”. Além disso, os/as estudantes buscaram o apoio de políticos e da imprensa, “para contar a nossa história”. Porém, não obtiveram respostas. Os dois principais jornais do Estado, *Zero Hora* e *Correio do Povo*, nada publicavam contra a ditadura. Rompendo esse silêncio da imprensa, os/as alunos/as conseguiram publicar uma pequena nota no *Jornal do Comércio*. Tal fato provocou “a ira” das dirigentes do CAp. Ainda segundo Búrigo (2004, p. 175), “o que incomodava, de verdade, não era a contestação ao regime – era a revelação além-muros de que no Aplicação não havia a liberdade de expressão apregoada”. Durante uma reunião entre direção e os/as estudantes foram anunciadas as punições:

Para alguns colegas, a permanência na escola foi condicionada à assinatura de uma declaração através da qual prometiam cumprir as normas do Colégio. Contestei a exigência e fui, nas palavras da nossa vice-diretora, considerada “persona non grata”. Era uma expulsão branca, como a de tantos outros colegas, sem processo e sem defesa, que se valia de ameaças veladas, como as famosas listas que vedavam o acesso a cargos públicos (BÚRIGO, 2004, p. 175).

Ainda de acordo com Elisabete Búrigo (2004, p. 175), ela e alguns colegas foram excluídos do CAp e as vagas “que havíamos conquistado sem qualquer tipo de favorecimento” foram cassadas “sem processo e sem defesa”. Ou seja, não foram documentados por escrito esses fatos tristes da história do Aplicação.

O Aplicação, nas memórias analisadas, aparece como sendo inovador em termos pedagógicos e conservador em termos políticos. Essas características, segundo Luiz Osvaldo Leite (Apud SILVEIRA, 2012, p. 405), que teve aulas com Graciema Pacheco, de 1956 a 1957, quando se licenciou em Filosofia, podiam ser observadas na diretora do CAp que:

Contrariando esse perfil inovador quanto às questões de aprendizado, Graciema tinha comportamentos conversadores, que denotavam sua formação moral católica, esse teria sido o motivo de a professora ter saído ileso do período militar [...]. Em termos políticos era mais conservadora, mas foi revolucionária em educação. (LEITE apud SILVEIRA, 2012, p. 405)

Essa postura da direção de não incentivar o debate político, como vimos em alguns relatos analisados anteriormente, vinha desde os primeiros anos do CAp. Ao longo da ditadura, esse “cuidado” vigorou também através de uma autocensura por parte das/os professoras/es e estudantes que quisessem permanecer no Aplicação.

Ao longo dos anos 1970, o CAp passou por uma série de mudanças na sua estrutura didático/administrativa. Em 1972, Graciema Pacheco elaborou um documento intitulado Plano Curricular do Colégio de Aplicação para o 2º Grau, que previa, entre outras questões, a

implantação do ensino profissionalizante na escola. Este deveria ser proposto “como parte substantiva da educação geral, num relacionamento ‘conatural’ entre os mundos do conhecer e do fazer” (SAENGER, 1999, p. 36-39). O ensino profissionalizante a que se referia a diretora do CAP, ao que tudo indica, era aquele voltado para os estágios dos cursos da UFRGS.

Em 1979, o Aplicação passou a contar com uma turma de alfabetização, 1ª série do 1º grau. Para atender esse público, foi construída uma sala com o financiamento de pais cujos/as filhos/as foram convidados/as a integrar essa primeira turma (SAENGER, 1999, p. 35). Nos anos seguintes, foram se constituindo as demais turmas que passaram a ser denominadas de Alfa I, Alfa II, Alfa III e Alfa IV. Conforme Guacira Lopes Louro (1986, p. 45), pela Lei 5692/1971, o ensino de primeiro grau de oito anos passou a ser obrigatório (englobando os antigos primário e ginásio) e estabelecia um ensino de segundo grau, antigo colegial, de três a quatro anos. O segundo grau, além da possibilidade de oferecer o ensino profissionalizante, deveria continuar garantido àqueles/as que almejassem a oportunidade de ingresso no curso superior.

Em alguns relatos de memória, aparece essa característica do CAP de contribuir para a aprovação no vestibular da UFRGS. Nesse sentido, Rosália Alvim Saraiva (2004, p. 100), ex-aluna e mãe de ex-alunos do Aplicação, rememorou que seus filhos foram aprovados na UFRGS “sem fazer cursinho”. Para César Pereira Lima (2004, p. 103), que estudou no Aplicação entre 1957 e 1963, o sucesso no vestibular estava associado à qualidade de ensino no CAP. Para César, o fato de terem aulas “todas as manhãs, inclusive aos sábados, e algumas tardes por semana”, contribuía para os altos índices de aprovação nos vestibulares, o que acabava confirmando, “ano após ano, a qualidade do seu ensino”.

No final da década de 1970, a forma de ingresso das/os professoras/es do Colégio de Aplicação foi se modificando. Até então, a maioria das/os docentes era convidada pela direção para atuarem como horistas. Muitos eram ex-estagiários que haviam tido um bom desempenho em sua prática docente. Estes não tinham estabilidade no emprego, nem férias remuneradas ou qualquer direito trabalhista. Esse estado de coisas foi mudando gradualmente conforme foram sendo realizados concursos para preencher as vagas de docentes. Inicialmente foram realizados concursos internos e, posteriormente, concursos públicos (SAENGER, 1999, p. 34-35). No início dos anos 1980, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de organizar e realizar o processo de enquadramento do magistério de I e II Graus do Colégio de Aplicação, dos/das docentes admitidos/as até 31/03/1981 (MORAES, 2004, p. 32). As/Os professoras/es aprovadas/os nesses concursos não eram vinculadas/os à Faculdade de Educação.

Graciema Pacheco esteve à frente do CAP por 27 anos, até se aposentar, em fevereiro de 1981. Sua vice-diretora, Isolda Paes, ficou nesta função até 1972. Neste ano, ela foi convidada para um cargo na Reitoria da UFRGS. As duas se aposentaram como professoras da Faculdade de Educação - FACED. Como foi possível perceber na documentação coligida, as/os docentes e as/os discentes que conviveram com as ex-diretoras sempre se referem a estas como Dona Graciema Pacheco e Dona Isolda Paes, o que nos remete ao protagonismo e à liderança que tiveram essas professoras na história do CAP, da FACED e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2.1.1 Nos estertores da ditadura, lufadas de democracia

Após a aposentadoria de Graciema Pacheco, a professora Vera Regina Pires Moraes, também do quadro de professoras da FACED, foi escolhida diretora do CAP, para o quadriênio 1981/1984. Seu vice era o professor Cícero Marcos Teixeira. Para essa eleição, uma lista tríplice foi elaborada “através dos votos dos Conselheiros” e depois encaminhada à Reitoria para nomeação da Diretora e seu vice (POHLMANN, 2004, p. 184). Em 1982 foram comemorados os 28 anos do Aplicação. No ano seguinte, a direção publicou um relatório da gestão na *Revista Educação e Realidade* da FACED. Neste documento, informava-se que o Colégio de Aplicação “é um órgão auxiliar da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, proposto como uma Escola Laboratório”. Como tal, tinha entre suas finalidades:

a) organizar e ministrar o ensino de 1º e 2º graus de modo a evidenciar e aplicar princípios teóricos e metodológicos de caráter científicos [...]; b) servir como campo para estudos e pesquisas na área de ensino e aprendizagem, da orientação educacional, da supervisão escolar, da administração escolar e de outros que venham a tornar-se necessários; c) comunicar os resultados de estudos e pesquisas realizadas, principalmente, aqueles que venham a inspirar modelos capazes de possibilitar alternativas de mudança, não só em sua unidade escolar mas, também, em nível de sistema educacional; d) oferecer oportunidades de observação e demonstração de experiências de estágios para os alunos da Faculdade de Educação e das outras unidades da UFRGS; e) possibilitar estágios aos professores e outros profissionais da educação, em termos de atualização e aperfeiçoamento (MORAES; TEIXEIRA, 1983, p. 83).

Além de ser campo de estágio para estudantes dos cursos de licenciatura, o CAP recebia também estágios das áreas de psicologia, orientação educacional, supervisão e administração escolar. Ofereciam-se ainda estágios avançados para professoras/es e outros profissionais da educação já formados. Além disso, no Aplicação realizavam-se pesquisas na área de ensino e aprendizagem. Os resultados destes estudos deveriam ser divulgados para a comunidade, servindo como fonte de inspiração para mudanças na rede pública e privada. Sem ainda contar com uma revista própria, algumas/alguns docentes que realizavam pesquisas publicavam os resultados delas na *Revista Educação e Realidade*, da FACED.

Além de registrar os objetivos do CAP, a partir do texto publicado pela direção em 1983, percebe-se como a escola estava estruturada administrativamente com direção, divisões, áreas e setores. O relato também informava que, após 28 anos de existência, havia sido elaborado o Regimento Interno do CAP, descrevia uma série de eventos, atividades pedagógicas, de pesquisa e de extensão que foram destaques no ano letivo de 1982. Uma grande novidade dizia respeito a modificações no sistema de avaliação do Colégio, notadamente, na estrutura do Conselho de Classe. Conforme ficou registrado, a partir do terceiro trimestre daquele ano, o processo de avaliação dos/as estudantes passou a contar com o Conselho Participativo, que era, segundo os autores, “uma solicitação de alunos e professores” e visava a incentivar os estudantes a participarem do processo avaliativo, atuando junto com os professores na definição de objetivos e critérios de avaliação (fase de preparação). Na fase seguinte, de desenvolvimento, deveria ocorrer um diálogo entre professor/a e estudante, no qual ambos analisariam “seus desempenhos, buscando refletir sobre a dinâmica de sala de aula, com uma consequente aferição de resultados qualitativos e quantitativos de aprendizagem”. Após essa entrevista, o professor deveria registrar os dados

coletados e transcrevê-los “em material próprio, como um selamento de compromisso assumido entre ambos”. Após essas fases, realizava-se o Conselho de Classe entre as/os professoras/es (MORAES; TEIXEIRA, 1983, p. 84-85). O Conselho Participativo foi, nas palavras de Guilherme Cavalheiro Dias Filho (2004, p. 188), “uma verdadeira revolução no Colégio [...] Até hoje não encontrei no espaço público um momento tão refinado de democracia como aquelas avaliações”. Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros, que foi estudante da primeira turma Alfa I, em 1979, assim rememorou o Conselho Participativo,

E viva o Conselho Participativo, o colégio mais habermasiano de Porto Alegre, era impensável e incrível o que nos era propiciado: um dia inteirinho para que conversássemos com cada um dos professores sobre o nosso aprendizado, sobre a nossa evolução e sobre a nota que merecíamos, haja democracia e viva a teoria da argumentação. (MEDEIROS, 2004, p. 196)

Outra novidade que vale destacar, ocorrida naquele ano, dizia respeito à nova forma de ingresso de estudantes no CAp. Nesse sentido, informava-se que a seleção para ingresso de estudantes no Aplicação passava a ser realizada através de “sorteio público” (MORAES; TEIXEIRA, 1983, p.88). Em 1981, segundo Liane Saenger, uma liminar havia proibido a reserva de vagas de qualquer espécie, entre elas aquelas destinadas aos filhos e filhas de professores/as da UFRGS, e “o sorteio público e aberto se tornou a única forma de ingresso na escola” (SAENGER, 1999, p. 35).

A segunda metade da década de 1980 foi plena em transformações. Como exemplo podemos citar a primeira eleição direta para a direção, em 1985 (SAENGER, 1999, p. 35). Na década seguinte, em 1996, o Colégio de Aplicação deixou de estar vinculado à FACED, passando a ser uma unidade autônoma da UFRGS, e foi transferido para o Campus do Vale.

Considerações Finais

Nos relatos aqui analisados, podemos perceber a emergência de uma série de representações acerca do Colégio de Aplicação da UFRGS. Entre elas, as que o descrevem como uma escola-laboratório, na qual práticas pedagógicas inovadoras deveriam ser experimentadas. Como foi visto, o CAp surgiu com a finalidade de servir de campo de estágio para os/as estudantes das cadeiras de Didática Geral e Especial da então Faculdade de Filosofia. Conforme outros cursos, como Psicologia e Orientação Educacional, foram surgindo na UFRGS, novos campos de estágios foram sendo oportunizados.

As salas de aulas do Aplicação foram sendo transferidas ao longo dos anos, do prédio da Faculdade de Filosofia, passando pelos barracões de madeira, até ocuparem as instalações amplas e arejadas do prédio azul. Nas memórias dos/as ex-estudantes, o Aplicação aparece como diferente dos demais colégios da cidade. No CAp não havia aulas de Educação Moral e Cívica ou de Ensino Religioso, não se comemoravam datas como o Dia das Mães, não se exigia uniforme e a minissaia era tolerada, desde que não ultrapassasse o limite imposto pela direção. As professoras também deveriam esconder seus corpos o máximo possível, evitando roupas curtas.

O currículo do CAp era definido pelas professoras e professores, mas com a anuência da direção. Não se utilizavam livros didáticos. As aulas deveriam ocorrer para além do espaço da sala de aula, nas ruas, nas praças, nos museus e nos prédios públicos da cidade.

Nas memórias de duas estudantes, o Aplicação possuía um currículo oculto, que camuflava conflitos raciais, e outro manifesto, que excluía a história das contribuições culturais dos africanos e dos afro-brasileiros.

Os/As estudantes eram instigados a contestarem suas professoras e seus professores. Porém, esse espírito crítico não deveria questionar a ordem política, notadamente, durante o período da ditadura militar. Professoras/es e estudantes foram expurgados do Aplicação em momentos de grande agitação política, como nos anos emblemáticos de 1964, 1968 e 1977. O CAP é representado, no período em estudo, como uma escola inovadora em termos pedagógicos e conservadora em termos políticos.

Referências

BÚRIGO, Elisabete Zardo. O Aplicação contra o Aplicação. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 173-175, 2004.

DIAS FILHO, Guilherme Cavalheiro. Um povo difícil de dominar. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 185-188, 2004.

FALCETO, Olga Garcia. Colégio de Aplicação - 50 anos. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 113-155, 2004.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. O roubo da sineta que não houve, ou o colégio novo que não é mais (rememorações do Aplicação cinquentenário). **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 139-145, 2004.

GUEDES, Paulo Coimbra. Mágoas de março. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 85-95, 2004.

LANCZOS, Carmen Helena. Um início promissor. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 73-76, 1988.

LIMA, César Pereira. Meu Aplicação. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 101-103, 2004.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura. 50 anos de Aplicação: 31 anos com o Aplicação. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 193-197, 2004.

MORAES, Vera Regina Pires; TEIXEIRA, Cícero Marcos. Colégio de Aplicação, 1982. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 83-91, 1983.

MORAES, Vera Regina Pires. Colégio de Aplicação, 1981 – 1984: um inventário de vida. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 27-35, 2004.

PACHECO, Graciema. Colégio de Aplicação: a busca da espontaneidade, da comunicação e da interação social criadora. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 153-156, 1987.

PACHECO, Graciema. Colégio de Aplicação: a busca da espontaneidade, da comunicação e da interação social criadora. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 11-16, 2004.

PAES, Isolda Holmer. Colégio de Aplicação: naqueles primeiros dias... **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 75–81, 1983.

PAES, Isolda Holmer. Colégio de Aplicação: naqueles primeiros dias... **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, vol. 15, n. 1/2, p. 7-14, 2002.

PAIVA, Maria da Graça Gomes. O “ser diferente” no Aplicação (1963-1969): relato dos encantos e desencantos na trajetória de uma aluna negra. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 131-137, 2004.

PAMPANELLI, Nara Brasco. Por orgulho, por respeito e por muito amor. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 63-66, 2004.

PERNIGOTTI, Joyce Munarski. Amor Aplicação. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 281-286, 1997.

PERNIGOTTI, Joyce Munarski. Os meus cinquenta anos e os cinquenta anos do Colégio de Aplicação. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 57-62, 2004.

POHLMANN, Adriana Raffin. Um caminho para uma concepção interdisciplinar. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 181-184, 2004.

RODRIGUES, Yara Dippe. Vinte e um anos no Aplicação. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 186-187, 1995.

SAENGER, Liane. A identidade construída: identidade, consciência e historicidade. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 12, n. 1/2, p. 27-47, 1999.

SARAIVA, Rosália Alvim. Aplicação – Tempo de Vida. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 97-100, 2004.

SILVEIRA, Jacira Cabral da. Desafiados por Graciema Pacheco. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 403–405, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoaplicacao>. Acesso em: 26 fev. 2024

SQUINSANI, Rosimar Siqueira. “...Uma entrevista com Isolda Holmer Paes”. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 15, n. 1/2, p. 15-27, 2002.

WEINGÄRTNER, Carmen Lisbôa; GOIDANICH, Márcia. Fantasia e Realidade: o mito do Colégio de Aplicação. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 47- 69, 1995.

Bibliografia

ALMEIDA, Dóris Bittencourt, et al. **Doze História sobre a UFRGS: a pesquisa como resistência ao esquecimento**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2022.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2021.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Lima: IEP, 2012.

LIMA, Valeska Alessandra. Colégio de Aplicação da UFRGS: processos seletivos e o mito do aluno gênio (1950-1980). In: ALMEIDA, Dóris Bittencourt *et al.* **Doze História sobre a UFRGS: a pesquisa como resistência ao esquecimento**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **História, Educação e Sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1986.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRIETTO, Bernard Goulart. **1968: juventude e política no jornal Correio do Povo** – Porto Alegre. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. **NÃO CALO, GRITO: Memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Flavio Koutzii: Biografia de um militante revolucionário, de 1943 a 1984**. Porto Alegre: Libretos, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Entre Brasil e África: Construindo Conhecimento e Militância**. Belo Horizonte-MG. Editora Mazza, 2011.

Contribuições da autoria:

Vanderlei Machado: Conceitualização, Organização, Interpretação e Análise de Dados, Investigação, Metodologia e Redação

Data de submissão: 29/02/2024

Data de aceite: 25/03/2024